

	2020	2019	Var. %
Estacionamento	19.314	48.598	-60,26%
Localização e Funcionamento	607.743	776.895	-21,77%
Materiais de Expediente	293.034	497.479	-41,15%
Viagens e Estadias	323.863	971.508	-66,66%
Manutenção Veículos	25.881	31.408	-17,60%

Atendimento receptivo RGS 6.248  
Custo por eventos médicos relacionado ao Covid-19 em 2020 foi de R\$ 32.619,074. Na área comercial, no ano 2020 como consequência do aumento do desemprego, tivemos uma movimentação negativa de beneficiários nos contratos ativos de 1,95%. Também houve a diminuição de beneficiários por cancelamento com motivo principal a inadimplência. Por outro lado, tivemos o adiamento da aplicação do reajuste de acordo com os aniversários estabelecidos nos contratos. Finalmente, a operadora potencializou seus canais digitais por causa das restrições na mobilidade, desta forma a plataforma de vendas on-line se converteu no principal canal de vendas de Planos Familiar e PME, permitindo um maior acesso aos nossos produtos. Outra ferramenta digital de destaque foi o nosso Chat-Bot, que auxiliou aos beneficiários na busca de 2 via de Boleto, indicação de rede, entre outras informações. Na área administrativa, os principais impactos foram os decorrentes da redução de despesas com viagens, material de expediente, localização e funciona mento, entre outras

2020 67,18% 69,46%  
2019 31,22% 28,93%  
1,95%

2020 2.235 1.252  
2019 11.054

Julie Alexandra Malagon Ovalle - Administradora  
Alexandre Fernando Pereira de Souza - Contador - CRC 110832/O-5

Provisão – NTAIP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS nº 435/19 e suas alterações. 2 – Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais Aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuais; (b) análise do cumprimento da Resolução Normativa ANS nº 395/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas de consultorias em Nota Técnica Atuarial de provisões – NTAIP. 3 – A Operadora possui

Referências representativas adequadas do registro dos valores das provisões técnicas: Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores calculados e informados à Operadora.

Belo Horizonte, 10/03/2021.  
Beatriz Resende Rios da Mata - MIBA 1.474  
Plural Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda - CIBA 83

Imos: Srs (as) Diretores e Acolistas da Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A. São Paulo/SP. 1 – Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A. CNPJ 02.550.256/0001-23, Registro na ANS 34.852-0, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendidas por: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas das demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de provisões – NTAIP. 3 – A Operadora possui

Referências representativas adequadas do registro dos valores das provisões técnicas: Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores calculados e informados à Operadora.

Belo Horizonte, 10/03/2021.  
Beatriz Resende Rios da Mata - MIBA 1.474  
Plural Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda - CIBA 83

Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A. decisão da ANS publicada em agosto, foram suspensos os reajustes anuais e por mudança de faixa etária por 120 dias. Principais efeitos e medidas para enfrentamento da Covid-19: Desde março de 2020, a operadora vem acompanhando o cenário de retração econômica, redução de utilização dos serviços de saúde e dificuldades causadas pela pandemia, para salvaguardar os interesses dos beneficiários dos seus planos buscou-se conferir alívio financeiro ao consumidor sem desestabilizar as regras e os contratos estabelecidos. Para os contratos individuais, com aniversários entre maio a dezembro de 2020, juntamente com as suspensões realizadas em agosto de 2020, a ANS autorizou em outubro de 2020, a cobrança deste reajuste de forma diluída, em 12 meses, a partir de janeiro de 2021. O reajuste retroativo em planos individuais a receber em 2021 foi de R\$ 2.857.338,87. Já para os planos coletivos o valor é de R\$ 1.130.602,06. Adicionalmente, os resultados financeiros também foram impactados por conta da manutenção da política de redução da taxa básica de juros da economia pelo BACEN, que reduziu a SELIC em 5,95% (2019) para 2,10% (2020). Outro ponto a destacar refere-se às perdas financeiras incorridas nos fundos de renda variável, especialmente nos meses de março, abril e maio, em função da queda nas bolsas de valores da Ásia e Europa o que repercutiu no Brasil (B3 S.A), antes mesmo da contaminação contábil do vírus. Estes alívios sofreram perdas em seu valor justo em (R\$ 2.999.257) em função da baixa demanda por esses ativos e marcação a mercado dos papéis. A volatilidade do período continua sendo monitorada e administrada pelas métricas de risco utilizadas pela entidade. A administração se mantém focada na gestão do resultado financeiro por meio da escolha criteriosa de seus investimentos e diversificação de seu portfólio como demonstrado abaixo.

2020 67,18% 69,46%  
2019 31,22% 28,93%  
1,95%

2020 2.235 1.252  
2019 11.054

Julie Alexandra Malagon Ovalle - Administradora  
Alexandre Fernando Pereira de Souza - Contador - CRC 110832/O-5

Provisão – NTAIP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS nº 435/19 e suas alterações. 2 – Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais Aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuais; (b) análise do cumprimento da Resolução Normativa ANS nº 395/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas de consultorias em Nota Técnica Atuarial de provisões – NTAIP. 3 – A Operadora possui

Referências representativas adequadas do registro dos valores das provisões técnicas: Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores calculados e informados à Operadora.

Belo Horizonte, 10/03/2021.  
Beatriz Resende Rios da Mata - MIBA 1.474  
Plural Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda - CIBA 83

Imos: Srs (as) Diretores e Acolistas da Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A. São Paulo/SP. 1 – Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A. CNPJ 02.550.256/0001-23, Registro na ANS 34.852-0, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendidas por: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas das demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de provisões – NTAIP. 3 – A Operadora possui

Referências representativas adequadas do registro dos valores das provisões técnicas: Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores calculados e informados à Operadora.

Belo Horizonte, 10/03/2021.  
Beatriz Resende Rios da Mata - MIBA 1.474  
Plural Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda - CIBA 83

# País cria 184 mil vagas formais em março, mas ritmo desacelera

## 'O último setor que estava no chão se levantou', diz Guedes, ao comentar criação de empregos nos serviços

Thiago Resende

**BRASÍLIA** Apesar do agravamento da pandemia e da implementação de medidas de restrição a algumas atividades econômicas, o país criou 184,1 mil vagas com carteira assinada em março.

Na noite de terça-feira (27), o ministro Paulo Guedes (Economia) já havia informado que o balanço do mercado de trabalho formal em março foi positivo, segundo os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) que foram oficialmente divulgados nesta quarta (28).

Embora tenha havido abertura de vagas em março, os números mostram um desaquecimento do mercado de trabalho, pois em janeiro foram criados 257,8 mil novos contratos, e, em fevereiro, 395,2 mil.

Ao comentar os dados de março, o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que o setor de serviços foi responsável por metade do saldo. “O último setor da economia que estava no chão se levantou, e a economia brasileira segue criando novos empregos”, declarou na quarta-feira.

No acumulado de janeiro a março, o saldo no mercado de trabalho formal é positivo, com a abertura de 837,1 mil vagas num período de crise provocada pela Covid-19.

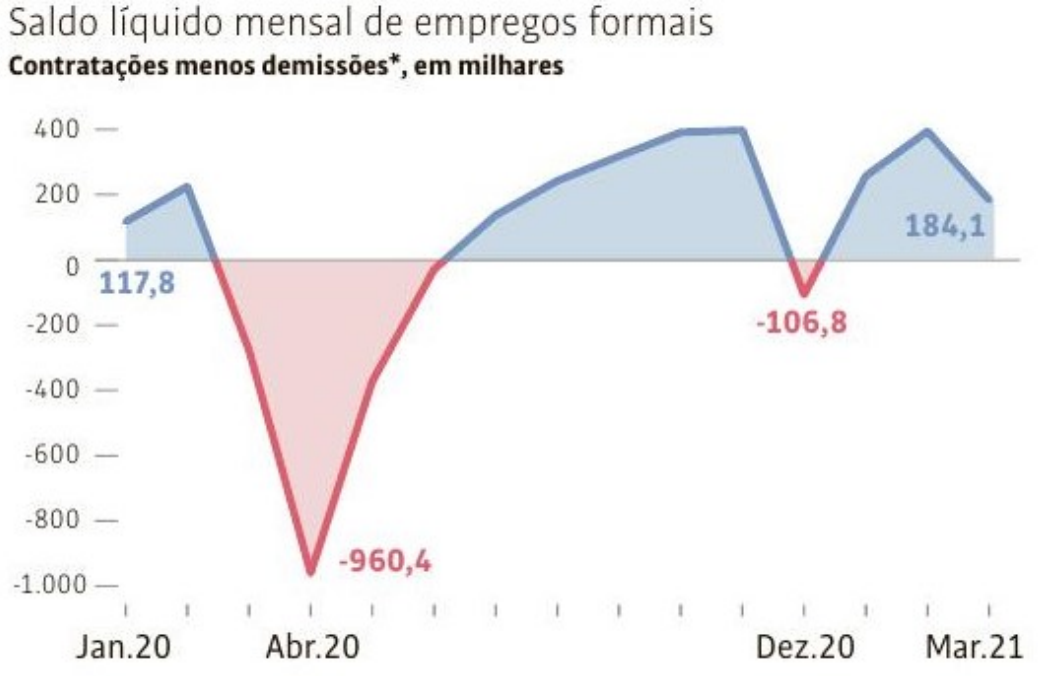
No mesmo período do ano passado, haviam sido criados 108,8 mil empregos com carteira assinada, pois, em março de 2020, o impacto da chegada do coronavírus resultou no encerramento de quase 276 mil contratos formais.

Nos últimos 12 meses, o Caged registrou a abertura de 857,8 mil novas vagas. Por isso, Guedes ressaltou que o país tem hoje um nível de emprego formal acima do período pré-pandemia.

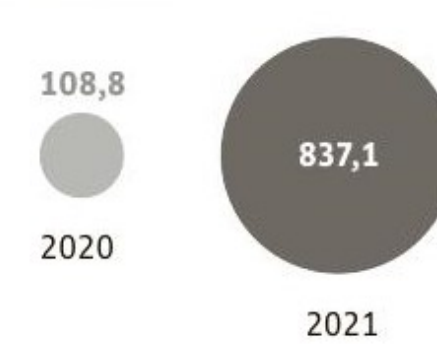
Para tentar evitar demissões em massa diante do agravamento da crise em 2021, Jair Bolsonaro assinou na terça as medidas provisórias para que regras trabalhistas sejam flexibilizadas novamente diante do agravamento da pandemia.

Com isso, foi recriado o programa que permite o corte de jornada e salários de trabalhadores da iniciativa privada, além da suspensão temporá-

### Geração de vagas formais desacelera em março



### Saldo de janeiro a março



### Saldo por setor em março



\*Dado com ajuste (incluindo informações entregues fora do prazo), exceto para março de 2021 | Fonte: Caged

ria de contratos. Em troca, o empregado recebe uma compensação paga pelo governo.

Com um cenário de maiores restrições a atividades econômicas, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, chegou a prever uma mudança no comportamento do mercado de trabalho.

“Podemos ter perda de empregos no próximo mês”, disse. Ele, porém, acredita que isso será amenizado pela medida de corte de salários, que alivia o custo para o patrão.

Pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV/Ibrec, Daniel Duque também acredita que o Caged de abril possa registrar um resultado negativo, porém próximo de zero. “O mercado de trabalho tende a ter um pequeno atraso. Quando há queda ou aceleração da atividade econômica, a resposta dos empresários demora um pouco.”

Já o economista-chefe da Ativa Investimentos, Éttore Sanchez, projeta um saldo positivo, entre 100 mil e 200 mil vagas abertas em abril, e dados mais desacelerados nos

próximos meses, apesar da perspectiva de ampliação da vacinação contra a Covid-19.

“Não podemos considerar que, quando a economia começa a crescer, o empresário vai contratar mais. Não deve haver um ‘boom’ de contratações no segundo semestre, porque os empresários já se prepararam.”

O saldo de março (criação de 184 mil vagas) reflete o desempenho positivo em todos os cinco grandes setores da economia brasileira. O resultado foi puxado pelo setor de serviços, que abriu 95,5 mil vagas no mês.

Em seguida figuram indústria (42,1 mil novos postos), construção (25 mil), comércio (18 mil) e, por último, agropecuária (3,5 mil vagas abertas).

Numa análise mais detalhada, apenas algumas atividades econômicas apresentaram encerramento de contratos, como alojamento e alimentação (-28,6 mil) e artes, esporte e recreação (-2.200).

Com isso, as empresas de alojamento e alimentação, que vinham se recuperando em 2021, passaram a apresen-

tar corte de vagas no acumulado de janeiro a março. São quase 7.000 a menos.

Março registrou criação de novos postos de trabalho formal em 22 unidades da Federação, além do Distrito Federal. São Paulo e Minas Gerais foram os estados com saldo mais positivo —50,9 mil e 35,6 mil, respectivamente.

Dos 184 mil novos empregos formais, cerca de 8.300 são de categorias criadas pela reforma trabalhista, ou seja, 4,5% do total.

Uma delas é o trabalho intermitente, no qual o funcionário recebe pelas horas trabalhadas, mas não há uma jornada previamente estabelecida. A outra é o contrato de trabalho parcial, que permite menos horas semanais do que um contrato padrão.

Em março, o salário médio de admissão formal foi de R\$ 1.802,65. Portanto, acima do patamar de fevereiro (R\$ 1.741,89), mas menor que o de março de 2020 (R\$ 1.821,91). Os dados foram corrigidos pela inflação (IPCA).

Além de lançar novamente o programa de corte de jornada e salários dos trabalhadores, o governo flexibilizou regras trabalhistas e permitiu que empresas adiem por até quatro meses o pagamento de FGTS dos empregados.

Segundo Guedes, essa suspensão temporária de pagamento do FGTS dá um alívio que pode chegar a R\$ 10 bilhões por mês aos empresários. Esse dinheiro, porém, deverá ser depositado até o fim do ano na conta do FGTS dos trabalhadores, pois o pagamento foi apenas adiado para enfrentar o período mais grave da crise provocada pela pandemia.

Especialistas dizem que essa segunda parte do pacote emergencial trabalhista tem pouco efeito na manutenção do emprego, pois o gasto com o FGTS terá que ser realizado até o fim do ano, e regras mais flexíveis, como facilidade para férias coletivas, não resolvem questões mais amplas da economia.

“Isso acaba contendo as demissões marginalmente. O diferimento [suspensão temporária] do FGTS não se transforma em salário, uma vez que é adiado e não significa uma isenção”, afirma Sanchez.

Ao comentar os dados, o ministro também destacou que o Congresso voltou a debater reformas estruturais, como a administrativa, que altera as regras para o funcionalismo público. O tema está sendo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que aprovou um convite para que Guedes explique a proposta, o que pode ocorrer na próxima semana.

### Vinicius Torres Freire

Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada

# Flexibilização de regras trabalhistas traz alívio para comércio e serviços

Fernanda Brigatti

**SÃO PAULO** Tardio, mas ainda necessário. Essa é a avaliação de alguns dos setores que mais adotaram as medidas de redução de salário e jornada e de suspensão de contratos no ano passado, e que vivem a expectativa da reedição do programa.

As medidas provisórias 1.045 e 1.046, publicadas na edição desta quarta-feira (28) do Diário Oficial da União, recriam o programa de manutenção do emprego e da renda e colocam novamente em vigor a flexibilização de regras trabalhistas, como o limite para o uso de férias coletivas ou a antecipação de feriados. As duas têm validade de quatro meses e poderão ser prorrogadas pelo governo.

“Embora esteja saindo um pouco atrasada, vai ajudar muito o setor, que estava precisando de alguma medida para aguentar mais um tempo”, diz Joaquim Saraiva, presidente da Abrasel-SP (Associação de Bares e Restaurantes de São Paulo).

Há cerca de um mês, chefs e proprietários de restaurantes iniciaram uma mobilização nas redes sociais para cobrar a renovação da medida que autorizava a suspensão de contratos ou a redução de jornada e salário.

Criado em 2020 com a MP 936, depois convertido na Lei 4.020, o programa perdeu a validade no fim do ano, com a expiração do decreto de calamidade pública. Uma outra medida provisória apresentada pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido) no ano passado (MP 927) também teve boa parte de seu conteúdo recuperado na publicação desta quarta.

Leandro Almeida, assessor jurídico da Fecomerci-

os, controla os valores das provisões técnicas, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis de avaliação da entidade; e a razoabilidade das estimativas divulgadas pelas demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável da continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2021.

Grunitzky - Auditores Independentes S/S  
CRC-PR Nº 45302-0/S-SP7

Moacir José Grunitzky  
Contador CRC-PR Nº 025.759/O-1/SP.

Embora esteja saindo um pouco atrasada, vai ajudar muito o setor, que estava precisando de alguma medida para aguentar mais um tempo

Joaquim Saraiva  
presidente da Abrasel-SP

oSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo), diz que os empresários ‘aguardavam ansiosamente por essas medidas’, uma vez que os últimos meses foram de restrições para o funcionamento de boa parte das atividades econômicas.

Nesta quarta, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou a ampliação no horário de funcionamento do comércio a partir do dia 1º de maio. “O setor vem passando por medidas restritivas, deixando as empresas com muita dificuldade de caixa. Vem em boa hora”, afirma Almeida.

Jorge Matsumoto, advogado trabalhista no Bichara, critica o atraso da publicação das novas medidas provisórias. “Chegou depois do período mais crítico de restrições, que abalou o fluxo de caixa das companhias”, diz.

Para ele, porém, o período de garantia de emprego previsto no programa que permite o corte de salário e jornada e suspensão de contratos coloca as empresas em uma situação de fragilidade.

“Ter de manter o vínculo durante o acordo e no período posterior é problemático. As empresas precisam desse socorro, mas quando você coloca essa obrigação, fica complicado”, afirma.

Ainda assim, Matsumoto diz que o conjunto de medidas vai permitir uma visibilidade maior no planejamento das empresas para os próximos quatro meses. “Vai ser um alívio importante poder queimar férias, postergar o pagamento do terço constitucional e ainda adequar a mão de obra atual à demanda”, afirma.

Na indústria, o programa de manutenção do emprego e da renda é visto como importante para 84% das empresas ouvidas em uma sondagem especial feita pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Na avaliação da advogada trabalhista Cassia Pizzotti, do Demarest, as medidas dão condições de as empresas adiar novas demissões enquanto a economia não se recupera. “As duas MPs acabam suprimindo o vácuo, pois ajudam a resolver temporariamente a situação e trazem alternativas para as empresas pelos próximos quatro meses”, diz.

**Calculadora mostra**  
**RENDA DE TRABALHADOR EM NOVO PROGRAMA**  
folha.com/j0teuh3c